



UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MARCOS VINICIUS CASTRO SOUZA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

Evidencia-se que a avaliação institucional tem ocupado lugar de destaque na agenda educacional brasileira, visto a necessidade da utilização de instrumentos que fomentem um (re)pensar a escola e o trabalho pedagógico realizado -cotidiano, na busca pela melhoria da qualidade educacional. Neste contexto, o principal objetivo desse artigo foi investigar as contribuições da avaliação institucional no contexto da escola pública. Assim, optou-se pela realização de um estudo bibliográfico que permitiu estreitar contato com autores e obras que versavam sobre a temática estudada. Em virtude disso, o artigo pretende contribuir para a literatura sobre o assunto, apresentando reflexões críticas acerca da avaliação enquanto instrumento estimulador da autonomia institucional, bem como da gestão democrática e participativa, dissociada da concepção burocrática e punitiva da avaliação.

Palavras-chave: -Avaliação Institucional; Escola pública; Autonomia.

ABSTRACT:

It's evident that the institutional evaluation has occupied a prominent place in the Brazilian educational agenda, since the need to use instruments that promote (re) think the school and the pedagogical work carried out on your daily, in the improved quality education. In this context, the main aim of this article was to investigate the contributions of institutional evaluation in the context of public schools. So, we opted for conducting a bibliographic study, a factor that allowed narrow contact with authors and works that focused about the studied subject. This way, the article contributes to the literature on the subject by presenting critical reflections about the institutional evaluation as a tool stimulator of institutional autonomy and the democratic participative management, coupled evaluation of the bureaucratic and punitive conception.

Keywords: Institutional Evaluation; Public school; Autonomy.

INTRODUÇÃO--

-No atual contexto contemporâneo, discussões em torno da avaliação institucional e seus desdobramentos na prática pelas instituições da educação básica brasileira têm adquirido corpo na medida em que se percebe esse modelo como quadro central da formulação de políticas públicas educacionais, bem como instrumento de gestão democrática e parâmetro como auxiliador de mudanças no cotidiano institucional, principalmente, no que tange o processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos assistidos pelas instituições--

A avaliação institucional da escola pode representar uma possibilidade de dialogar com os resultados apresentados pela instituição em relação às avaliações internas (processos internos do trabalho escolar, exemplo: matrícula inicial e final, aprovados, reprovados e evadidos, etc.) e avaliações externas realizadas pelos organismos oficiais, em larga escala, tais

Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – I
O que está sendo proposto neste texto é uma reflexão sobre a relevância da avaliação institucional no contexto da educação básica, enquanto fomento para (re)significação da prática pedagógica das escolas públicas que desenvolveram a proposta. Para tanto, alguns estudiosos como Luckesi (2012), Hoffmann (1991), Dias Sobrinho (1996), Gadotti (s.d.) (2010), se preocupam em estudar e apresentar contribuições teóricas acerca da avaliação institucional e seus impactos escolar

-A pesquisa se deu numa abordagem qualitativa, através de levantamento bibliográfico e documental, fator que permitiu o contato com relevantes autores e estudos que se ocupam da temática central abordada. Assim, o trabalho está dividido em partes. Na primeira parte, evidencia-se a realização de reflexões sobre a produção teórica existente em torno da temática estudada, gerando novas concepções e compreensões dos processos avaliativos no contexto atual da educação básica. Na segunda etapa, apresenta-se o conceito de cultura avaliativa como resultante da avaliação institucional. Em seguida, apresenta-se uma proposta de avaliação institucional. Por fim, as considerações finais.

-1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

É perceptível que a avaliação encontra-se no núcleo dos debates sobre políticas públicas voltadas para o financiamento (re)organização dos sistemas educacionais, bem como das ações desenvolvidas pelas escolas. Ao longo dessa discussão, a avaliação institucional torna-se cada vez mais necessária no cenário educativo.

De acordo com o dicionário Aurélio (2004--), a ação de avaliar pressupõe “determinar o valor de”. Assim, o processo apresenta um caráter essencialmente valorativo, ou seja, é compreendido como um mecanismo de estabelecer valor para algo ou alguém.

Contrapondo esta visão, que vem sofrendo muitas críticas, Luckesi (2012, p. 82), esclarece que “avaliar é o ato de tirar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”.

Com isso, o autor expressa em sua abordagem que o processo avaliativo precisa ser encarado de modo macro, como capaz de gerar nova tomada de decisão e (re)significação da prática pedagógica desenvolvida pela escola, numa tentativa de encarar a avaliação como momento de ação/reflexão/ação.

Portanto, o ato avaliativo encontra sentido enquanto possibilita a conquista, por parte da instituição escolar, de melhores resultados educacionais. Em virtude disso, a escola deixa de compreender a avaliação como momento exclusivamente centrado no exame, centrado no julgamento da aprovação/reprovação. Assume, paulatinamente, novos olhares sobre esse processo numa ação avaliativa capaz de gerar reflexões críticas e desafios aos envolvidos, no sentido de favorecer troca e resolução de problemas de modo colegiado e superação de uma visão primitiva dos processos avaliativos.

Assim, temos na compreensão de Hoffmann (1991, p. 67),

a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber em movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as.

Desta forma, pode-se estabelecer uma compreensão sobre a importância do processo avaliativo ocorrer de modo mediado, no qual professor e aluno estão continuamente num processo dialógico como afirma Freire (1988), em uma busca constante de resolução de problemas vivenciados cotidianamente.

Tendo sido fortemente influenciada pela avaliação do ensino superior no Brasil, apenas na década de 1990 que o sistema de ensino brasileiro adotou a avaliação institucional como pauta relevante também para a educação básica. Pois, através de instituições educacionais são estimuladas a repensarem seu projeto político pedagógico, definindo, possivelmente, novas estratégias para melhoria dos serviços e produtos produzidos pelas escolas.

Em 2001, o cenário da avaliação institucional no Estado da Bahia emergiu de políticas educacionais voltadas para a democratização das instituições educacionais, como alternativa para melhoria da prática didático-pedagógica e financeira das escolas públicas. Para tanto, alguns textos legais sustentam o quanto ações desta natureza podem oportunizar a melhoria da qualidade da educação. É o caso da Constituição Federal de 1988 que especifica a importância de compreender a educação como direito de todos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, que estabelece a relevância da gestão democrática e da realização de processos avaliativos compatíveis com o referido modelo de gestão.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) situam que a avaliação institucional interna deve ser abrangida como uma das dimensões básicas da avaliação no ambiente educacional, compreendendo a avaliação

como instrumento revisor de objetivos e metas traçadas pelas instituições, tendo em vista que a mesma deve ser anualmente, considerando as orientações fornecidas na legislação vigente e em parceria com os diferentes segmentos da comunidade educativa, também deve estar prevista no projeto político pedagógico e minudenciada no plano de trabalho dos gestores. -

Em virtude disso, através da descentralização da gestão e do ensino, na medida em que todos são conclamados a par do processo de tomada de decisão no interior da escola, sentem-se corresponsáveis pelas ações neste ambiente.

Para Gadotti (s.d.), não se pode conceber uma avaliação institucional sem que esta esteja centrada na escola e seus processos deliberativos e consultivos. Entretanto, chama atenção para o fato de muitos desses articuladores não possuírem condições adequadas para o desenvolvimento e continuidade desta proposta avaliativa na prática escolar. Ressalta que “melhor formá-los, a) como **implementadores** de uma política, pois a avaliação deve fazer parte de uma política de estado e, b) como **educadores**, pois a avaliação deve ter um caráter formativo” (p. 04), além de fomentar a mudança de postura e atitude no fazer pedagógico desenvolvido cotidianamente numa instituição educativa.

É importante que o processo de implementação e desenvolvimento da proposta de avaliação institucional seja resultado de diálogos com a comunidade escolar, parceria com os diferentes setores da sociedade, na busca pela resolução das problemáticas educacionais vivenciadas no cotidiano da escola. Neste contexto, fica evidente a necessidade do estabelecimento de uma política clara e concisa que oriente a realização efetiva e exitosa da avaliação institucional.

Objetivo da avaliação institucional é sempre, de um lado, externamente a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição e, de outro, internamente, a melhoria das relações sociais, humanas e interpessoais e o aperfeiçoamento de todos os seus integrantes. Por isso deve-se partir de um diagnóstico, do autorretrato, do autoconhecimento (GADOTTI, s.d., p. 04).

Avaliar uma instituição pode representar, ao mesmo tempo, um acompanhamento sobre o trabalho pedagógico desenvolvido nela, além de permitir modificações em torno dos rumos da educação que se busca nessa instituição. Assim, essa tarefa atua diretamente na construção, implementação ou aprimoramento de um projeto político pedagógico a luz das necessidades evidenciadas através da avaliação realizada. Mas não se pode considerar o ato da avaliação institucional como técnico, despretensioso, conforme salienta Gadotti (s.d.).

A avaliação interna ou auto-avaliação, cujo foco dirige-se às análises do fazer pedagógico e do gerenciamento das atividades, é entendida por Pipolo (2008), como avaliação institucional e representa uma opção destas instituições no que tange ao trabalho coletivo com os resultados educacionais obtidos através das avaliações internas (processos internos do trabalho e avaliações externas realizadas pelos organismos oficiais, em larga escala, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, objetivando analisar a proficiência dos alunos a cada final de ciclo de aprendizagem.

Com isso, BRANDALISE (2010, p. 318) afirma que “nesta perspectiva, a avaliação institucional tem um caráter formativo voltado para a compreensão e promoção da autoconsciência da instituição escolar”, podendo auxiliar os novos rumos da instituição permitindo-a cumprir sua função social. Neste sentido, é importante que ela seja devidamente internalizada como ação que envolve todos os seguimentos da instituição, fruto da construção coletiva e instituída no projeto político pedagógico da escola enquanto processo desencadeador de ações no cotidiano escolar. É um instrumento, conforme salienta Malavasi (2001), que requer a existência de uma Comissão Própria de Avaliação e tem como princípio a participação de representantes de todos os segmentos da escola.

Apesar de muitas vezes não se reconhecer a avaliação institucional como importante instrumento de gestão democrática participativa dos processos educativos, segundo Dias Sobrinho (1996), esse é um instrumento com grande força e com grande densidade política. O autor alerta para a característica técnica desse instrumento, “muito mais importantes são a sua ação e seu significado políticos” (p. 15). Noutro contexto, a avaliação institucional apresenta-se como campo de disputas “que ultrapassa as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas” (p. 15) compreendendo-se a relevância de conhecer a realidade escolar, dialogar com os resultados educacionais e decidir mediante o processo crítico e reflexivo da cotidianidade da instituição, com clareza de critérios e princípios nesse processo.

Sendo uma construção coletiva, esse modelo de avaliação diz respeito a toda complexidade institucional, por meio de questionamentos da comunidade escolar, surgindo como possível resposta aos desejos coletivos de rompimento das estruturas rígidas encarado como processo articulado de discussão, estudos, análise crítico-reflexiva e “juízos de valor que tenham alguma influência na transformação da instituição e de seu contexto, através da melhoria dos seus processos e das relações psicossociais” (SOBRINHO, 1996, p. 21).

O autor ainda apresenta alguns marcos conceituais e metodológicos na tentativa de gerar uma aproximação na compreensão do real significado da avaliação institucional e seus desdobramentos. São eles:

a) A institucionalidade. Realiza-se institucionalmente, de modo democrático, conforme os princípios institucionais. É

avaliar a instituição de modo integral, movida pelo desejo político e pela ação concreta dos atores da escola.

b) A globalidade. Baseada no princípio heurístico, a avaliação institucional busca estender uma visão global da instituição considerando sua complexidade. “A visão da globalidade como princípio heurístico é, portanto, uma reconstrução da realidade da integração, do inter-relacionamento das partes” (DIAS SOBRINHO, 1996, p. 22).

c) A qualidade. Nesse cenário, a avaliação perpassa pelo aspecto social e público de seus critérios. Qualquer aproximação com métodos punitivos estão excluídos dessa sistemática.

d) Avaliação como processo pedagógico. Como processo permanente e formativo, a avaliação deve buscar conhecer o objetivo de compreender as problemáticas percorridas para potencialização de novas condições de construção dos processos institucionais. O foco é o privilégio da função formativa da avaliação.

e) Enfoque qualitativo. Enfoque no trabalho coletivo, onde habita a força maior da instituição.

Há um momento em que o processo se desenvolve internamente, no interior da instituição. A avaliação interna compõe matizes: a sensibilização da comunidade, trabalho de convencimento que produza adesão voluntária e ampla, a constituição de agentes dotados de função pública, do objeto, dos critérios e da metodologia, conjuntamente, o consequente levantamento de dados e informações úteis e relevantes, a produção de indicadores, em processo de auto e hetero-avaliação (SOBRINHO, 1996 p. 23).

Diante disso, quando se tem como objeto os fenômenos sociais e educacionais, --a avaliação qualitativa é a mais coerente utilizada. Assim, os sujeitos se inserem como agentes atuantes na resolução das situações apresentadas.

2 CULTURA AVALIATIVA

A cultura avaliativa surge, nesta perspectiva, como resultante do processo de apropriação da avaliação institucional por escolas que a realizam e a instituíram no PPP, bem como fazem uso constante da avaliação enquanto pressuposto para o desenvolvimento de uma prática pedagógica coerente com os princípios da gestão democrática e participativa. Segundo Pipolo (2010) estabelece que essas e outras ações podem desencadear, numa instituição escolar, o desenvolvimento progressivo da cultura avaliativa.

[...] que requer vontade política, promotora de compromissos coletivos que operacionalizem os recursos técnicos e humanos de forma que os processos de ensino e de aprendizagem das escolas estejam no centro das interações e as decisões pedagógicas estejam respaldadas em análises dos processos educativos, administrativos e das aprendizagens dos atores educacionais (PIPOLO, 2010, p. 2).

Portanto, a incorporação de uma cultura avaliativa permitirá, de modo sistemático, a realização de reflexões em torno da instituição compreende e lida com o processo de avaliação.

Em outra passagem, a autora apresenta a cultura avaliativa alicerçada na “internalização da necessidade de informações confiáveis sobre o desempenho dos sistemas educacionais e das escolas, que permitam a identificação” (PIPOLO, 2010, p. 2), problemáticas e diferentes saberes, passíveis de impulsionar mudança de postura, a (re)significação do plano pedagógico.

Para a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2010, p. 10), o desenvolvimento dessa cultura de avaliação é necessária para que cada instituição educativa promova, dentro das suas possibilidades, o olhar reflexivo sobre o processo de ensino e de aprendizagem, assim como a responsabilização de toda comunidade escolar sobre as metas educacionais e o progresso das ações planejadas, além de incentivar a capacitação de todos na busca pela melhoria da educação baiana. Estabelece que através da observação sistemática sobre a qualidade das práticas e dos resultados das ações desejadas pelas escolas, é possível que os atores se percebam como parte atuante do processo educacional e possam identificar onde residem as dificuldades de gestão, de ensino e de aprendizagem.

Compreende-se que a construção dessa cultura avaliativa requer mudanças conceituais, procedimentais e atitudinais, como a relevância de considerar o momento da avaliação institucional como propício de aprendizagem e reflexão sobre a prática. Ou seja, a escola precisará encarar o momento da avaliação institucional como oportunidade da comunidade escolar se apropriar da forma como compreende as ações desenvolvidas pela instituição. Para tal, este é um momento em que a responsabilidade pela gestão escolar, em seus vários aspectos, acaba sendo compartilhada por todos.

Assim, a possibilidade de realização desta avaliação é a garantia do conhecimento das características da escola que po-

utilizadas como indicadores da qualidade da educação ofertada para os estudantes devidamente matriculados nesta instituição, bem como da verificação *in loco* se esta tem cumprido com sua função social.

Mesmo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e demais mecanismos de avaliação da educação básica, é necessário ultrapassar os limites do mapeamento da situação da escola pública brasileira no que concorre indicadores externos e internos na busca pelo conhecimento dos problemas pedagógicos (tanto de ensino quanto de aprendizagem) no interior da instituição, contribuindo para a construção da cultura avaliativa.

Recorremos a Luckesi (1997) para compreender o caráter otimista do processo avaliativo, ao afirmar que “não tenho dúvidas sobre o potencial transformador da avaliação, na medida em que a sua função é subsidiar a busca dos resultados satisfatórios possíveis” (p. 17). A avaliação passa a ter função de suporte, ao fornecer informações significativas na tomada de decisão de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender, para a melhoria da qualidade da educação desenvolvida na unidade escolar em questão.

Portanto, a avaliação institucional permite livre acesso dos gestores aos resultados deste indicador, fator que pode permitir (re)pensar a instituição, tornando-a mais acessível para a comunidade escolar, num modelo de gestão democrática e participativa.

2 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional precisa emergir de debates e discussões no cotidiano escolar, fruto da concepção avaliativa adotada pelos atores que participam do processo de ensino e aprendizagem na escola. Ela pode estruturar-se considerando três níveis básicos, voltados para a preparação, implementação e finalização do processo. Conforme contribui Brandalise (2002) e Fernandes (2002), pode-se organizar uma avaliação institucional a partir de três etapas básicas, que são:

a) **A etapa de preparação** – momento destinado ao processo de implementação e operacionalização da avaliação institucional no ambiente escolar. Cabe neste espaço, formação da equipe de trabalho da instituição escolar; discussão em conjunto com a comunidade escolar sobre a concepção avaliativa a ser adotada para realização da avaliação; elaboração do projeto de avaliação institucional com os seguintes itens: objetivos da avaliação institucional na escola, justificativa para realização de tal avaliação, dimensões a serem avaliadas pela comunidade escolar, percursos metodológicos, cronograma de execução, referências bibliográficas.

b) **O processo de implementação** – momento destinado à elaboração, organização e análise de dados. Discussão, elaboração, teste e aplicação das ferramentas de coleta de dados; checagem dos dados coletados; organização e discussão dos dados com a comunidade escolar dos resultados obtidos através da coleta de dados.

c) **Momento síntese** – propício para análise dos dados obtidos através da realização da avaliação institucional.

Além da divulgação dos dados obtidos através da avaliação institucional, é importante que a escola saiba utilizar as informações de modo coerente e comprometido com tal processo. Sugere-se a construção de um plano de ação voltado para os pontos mais críticos externados pela comunidade escolar, com vistas a (re)significação da prática pedagógica desenvolvida na instituição, consequentemente, com a melhoria da qualidade educacional.

Para realização da avaliação institucional, cada escola discute com sua comunidade e elabora seu referencial considerando sua realidade social e de seus atores. A proposta é que as decisões sejam colegiadas e todos se sintam envolvidos no processo. Sugere-se como parâmetro para construção do instrumento de avaliação institucional da escola a utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação – INDIQUE (2007), documento elaborado pelo Ministério da Educação, por considerar que o mesmo representa um importante modelo de instrumento para a realização do processo de avaliação institucional na educação básica.

Esses indicadores sinalizam feedbacks imprescindíveis para a tomada de decisão na escola. Assim, para realização da avaliação, no formato sugerido pelo INDIQUE (2007), são utilizadas dimensões, indicadores e perguntas. Esses elementos interligados e interdependentes. Constituem-se dimensões deste instrumento: **1 – Ambiente educativo; 2 – Prática Pedagógica; 3 – Avaliação; 4 – Gestão escolar democrática; 5 – Formação e condições de trabalho dos profissionais da educação; 6 – Ambiente físico escolar; 7 – Acesso, permanência e sucesso na escola.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões teóricas evidenciadas neste artigo tiveram como objetivo e questão principal, a avaliação institucional e suas contribuições no contexto da educação básica. Assim, refletiu-se sobre o processo de mudança conceitual, procedendo-se à construção de um instrumento de avaliação institucional.

atitudinal que tal proposta avaliativa fomenta nas escolas, visto que ações desta natureza requerem o rompimento da compreensão de avaliação enquanto mecanismo de punição e dominação que permeia o trabalho educativo.

Diante disso, a avaliação institucional apresenta-se enquanto possível caminho para (re)significação da prática pedagógica como estímulo para mudanças substanciais no projeto político pedagógico das instituições que a realizam. Ressalta-se a realização deste modelo avaliativo deve ser encarada como exercício na tentativa da apropriação da cultura avaliativa. Deve ser instituída, conseqüentemente, no projeto político pedagógico da escola, cabendo ser realizada constantemente como elemento norteador do trabalho desenvolvido no cotidiano institucional.

Outra importante contribuição gerada pela realização desta avaliação é a crescente participação da comunidade e tomada de decisão escolar, bem como o aumento considerável do nível de autonomia institucional, da responsabilidade dos atores que participam diretamente do processo de ensino e aprendizagem. Em virtude disso, ficou evidente que, no contexto escolar, discussões e reflexões sobre avaliação em larga escala é uma grande oportunidade de permitir que o conhecimento chegue e seja devidamente disseminado pelos profissionais que estão diretamente ligados ao trabalho pedagógico. Em se tratando de cultura avaliativa, aponta-se que ela não nasce e se estabelece da noite para o dia, ou seja, deverá ser construída no contexto diário das ações implementadas pela unidade escolar, pois, as ações cotidianas, a busca constante pela melhoria da qualidade educacional que garantirá uma efetiva cultura de avaliação dessas instituições.

Considerando os resultados obtidos através dessa breve revisão de literatura, nota-se que é preciso à realização de ações em escolas públicas voltadas para contribuir com a efetiva construção/apropriação da cultura avaliativa, considerando importante é encontrar sentido na necessidade de reflexões acerca dos resultados da avaliação, não mais como mecanismo de punição, alicerçada numa concepção de avaliação burocrática, mas, sim, como possibilidade de reflexão crítica para a tomada de novas ações que possam contribuir efetivamente na aprendizagem e sucesso dos alunos.

BRANDALISE, Mary Ângela T. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas.** *Revista Olhar de F* Ponta Grossa, v. 13, n. 1. 2010. < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/viewFile/3220/2360>>. acesso: 30.03.2015.

BRASIL. **Matrizes de referência, temas, tópicos e descritores: ensino fundamental.** Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº. 9.394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

_____. **Indicadores da qualidade na educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3. ed.

BAHIA. **Círculos de avaliação:** orientações gerais para o acompanhamento. Salvador: SEC, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Curitiba: Positivo, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional: necessidade e condições para a sua realização.** Disponível em: http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf. Acesso em: 01.03.2015.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora:** uma relação dialógica na construção do conhecimento. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p051-059_c.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

LUDKE, Mengue e André, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens educativas.** São Paulo: Epu, 1986.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 2009.

MALAVASI, Maria M. Sigrist. Avaliação institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários segm escola. In: DALBEN, Ângela L. de Freitas (org.) et. al. **Convergências e tensões no campo de formação e do docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PIPOLO, Diana S. Melo. **Círculos de avaliação**: uma forma de dialogar com os resultados educacionais. Ibero-americana de Educação, nº. 53/3, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional**: marcos teóricos e políticos. *Revista da Avaliação da Educação* Campinas; Sorocaba, SP, v. 1, n. 1996. <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=722&path%5B%5D=722>>. Data de acesso: 25.03.2015.

[1] Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p051-059_c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 201

[1] Mestrando em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (GESTE(Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região (EDUREG/UNEB); Coordenador Pedagógico municipal de educação de Salvador/BA; Tutor do curso de Pedagogia na Universidade Salvador (UNIFACS). vinicastro2@hotmail.com

Recebido em: 17/06/2015

Aprovado em: 17/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: